
“Dou esta entrevista em legítima defesa”: da prisão para os ecrãs

*“I give an interview in self-defence”:
from prison to the screens*

ANA MOREIRA¹

Resumo: Nesta comunicação pretende-se debater, de forma sintética, as características principais das narrativas mediáticas sobre corrupção de políticos. Com efeito, o crescimento da formação em política, a aprendizagem do marketing e da comunicação política levam Castells (2002) a sugerir que os atores políticos tem hoje uma existência profundamente mediada, isto é, quer se queira quer não, a política desenrola-se nos meios de comunicação, espaços de criação e de montagem cénica constante. Assumindo que os media tem um papel importante na forma como o público constrói representações sobre a corrupção e a avalia, faz sentido perguntar como estão os media portugueses a narrar este fenómeno e, mais especificamente, até que ponto atuam como espaços de julgamento dos políticos e dos juristas envolvidos. Problematisando estas questões, a comunicação analisa o evento da prisão do ex-primeiro ministro português transmitida pelas televisões, em 2014, por alegado ato de corrupção durante o tempo de exercício desse cargo público.

Palavras-Chave: Comunicação, Política, Justiça, Corrupção, Narrativas

Abstract: This communication seeks to discuss of the process by which media covers cases of political corruption. The increase relevance given to political training and political marketing as well as relevance ascribed to political communication have lead Castells (2002) to suggest that political actors have today a deeply mediated existence. Everywhere, politics unfolds in the media, creating several sceneries for political action and discourses to take place. In this communication authors assume that media has an important role in how the public understand corruption and judge it. Therefore, on the light of existing literature, this paper questions how media is effectively “making” this phenomenon, and how can media be conceived as spaces of judgment both of politics and judges. The paper is grounded on the analysis about the modes by which television has addressed the prison of a Portuguese ex-prime minister in 2014 based on alleged acts of corruption when exercising that public role.

Keywords: Communication, Politics, Justice, Corruption, Narratives

1. Mestre, Doutoranda em Ciências da Comunicação no Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho (amoreira@ics.uminho.pt)

INTRODUÇÃO

ESTE TEXTO é breve e exploratório e tem como objetivo apresentar algumas das principais características do discurso mediático sobre corrupção, tomando como objeto de análise o caso mais recente vivido em Portugal, da prisão do ex-primeiro ministro, José Sócrates.

Com efeito, hoje é impensável a vida sem meios de comunicação. Quase toda a informação sobre o mundo, a justiça e a política flui através de um, ou vários, media. Seja a rádio, o jornal impresso, a televisão ou a internet, nunca como hoje se teve acesso a tanta e a tão variada informação. Nesse contexto, alguns autores consideram este excesso de informação como sendo, também, causa de uma desinformação do público, assim como do desinteresse face a certas temáticas. Nessa linha, pode-se assumir que a opinião dos cidadãos sobre assuntos judiciais e matérias políticas está enormemente dependente da informação tratada e veiculada pelos meios de comunicação. Os media despertam uma visibilidade crescente do parlamento e dos tribunais, a qual tem eco na discussão pública de assuntos que, antes, se cingiam, exclusivamente, às arenas judiciais e políticas. Com efeito, já foi o tempo em que a Justiça ou a Política não eram beliscáveis. Hoje, tal como refere Prior (2013, p.119), estamos numa situação em que tudo é "(...) tudo comum, tudo visível, tudo acessível, em nome do tão propalado interesse público".

Entenda-se que estamos a analisar "sistemas" (no sentido de Luhmann) muito distintos, com lógicas muito próprias e, mais importante, com tempos muito singulares que, muitas vezes, ao cruzarem-se, entram em colisão. Truche (1995 *cit in* Prior, 2013, p.120) considera que, não obstante vivermos hoje no contexto de uma "sociedade de comunicação" (Castells, 2007), tais sistemas estão dessincronizados no tempo. O autor escreve que "o tempo da justiça não é o tempo dos meios de comunicação: não é concebível que a imprensa espere a fase pública de um processo para dar uma notícia, e, por outro lado, qual é o meio de comunicação que pode dedicar a uma questão o tempo que a justiça lhe consagra?". A Justiça precisa de tempo de ponderação e de uma linguagem "(...) onde é o segredo que prevalece" (Prior, 2013, p.120). Tal como no caso da Justiça, também a Política precisa de tempo. Tempo para ponderar, para analisar situações, para refletir para garantir substância e profundidade nas suas decisões (Moreira e Araújo, 2011). Portanto, estamos perante três campos com lógicas bastante marcadas e distintas entre si. Portanto, nesta comunicação propomos uma reflexão sobre a forma como estes campos constroem lógicas de distinção e distanciamento entre si, mas também aproximação e cruzamento.

A reflexão que apresentamos baseia-se na análise da evolução da narrativa mediática da prisão do ex-primeiro-ministro português, José Sócrates, acusado em 2014 de fraude fiscal, branqueamento de capitais e corrupção. Apesar de os media se definirem por uma enorme pluralidade de modos e formas, iremos focar a importância da televisão na afirmação dos discursos que, direta ou indiretamente, visam expressar no espaço público um ponto de vista particular que não só condiciona o que pensam os cidadãos sobre cada um dos "eventos", mas também cria condições para a existência de um *lobbying* de sentido sobre a justiça e as suas (in)dependências face à política e aos próprios media. Nesse sentido, seguimos uma análise que privilegia a descrição do caso Sócrates, destacando nele os protagonistas e a tipologia do enredo.

A análise incluiu os conteúdos televisivos de telejornais em horário nobre de três canais portugueses de televisão, RTP1, SIC e TVI, durante uma semana (de 22 de Novembro a 29 de Novembro de 2014).

A NARRATIVA MEDIÁTICA "IN BETWEEN" POLÍTICA E JUSTIÇA: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Bell (1998) considera que a ideia de uma história, de um conto, é central na análise das notícias. Para este autor, os jornalistas não escrevem artigos. Eles escrevem histórias "with structure, order, viewpoint and values. So the daily happenings of ours societies are expressed in the stories we are told in the media" (Bell, 1998, p. 64). O mesmo autor, explica a notícia como produto comercializável, assente nos princípios do *storytelling*. Acrescenta, ainda, a seguinte ideia: "they [journalists] are not telling a simple, clear tale, but are replete with ambiguity, unclarity, discrepancy and cavity" (Bell, 1998, p.66). Esta ideia sobre a ambiguidade do que se conta é também referenciada por Araújo (2011) que escreve sobre a impossibilidade da neutralidade na linguagem explicando que a "(...) reportagem e outras narrativas jornalísticas, carregam resquícios de estrutura do próprio tecido social. Contudo, mais importante ainda, é olhar para essas narrativas como formas de (re) construção desse mesmo tecido social" (Araújo, 2011, p. 6). Reportando-se ao conceito de narrativa, Genette (*cit in* Araújo, 2011, p.5) propõe a seguinte clarificação "(...) a narrativa é a representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem e, mais particularmente, da linguagem escrita.". Com base nesta representação da qual fala Genette, Fernandes (2010) estudou a forma como as narrativas mediáticas se inscrevem nos discursos do quotidiano, retratando a apropriação dessas narrativas sobre os comentários e opiniões sobre as eleições municipais. A narrativa integra, na sua conceção, um enredo, um conjunto de personagens e um relato. Por isso, Soares (2010) afirma, neste sentido, que podemos considerar o jornalismo como construtor de narrativas, "mais do que informações que registam eventos – relatos estes que se pretendem fiéis a uma suposta realidade (externa) – as notícias (os acontecimentos narrados pelo jornalismo) passam a ser vistas como "formas culturais" (Shudson, 1995 *cit in* Soares, 2010) construindo, ao demarcar o espaço social, a "arena simbólica da sociedade" (ou a própria realidade) " (Soares, 2010, p.59). É nesta arena que se desenrola no tempo a construção entre o do "herói" e o "vilão".

Faria (2012) realiza um estudo acerca do imaginário dos vilões da atualidade, recorrendo a ideias de Platão e de Aristóteles e explica que, para estes filósofos, a conceção do bem e do mal está ligada à ideia de justiça e de moral/ética. A autora cita Pegoraro (2010) para esclarecer esta tese e escreve que,

Platão e Aristóteles consideram a justiça como a virtude por excelência que cria harmonia e ordem na variedade do cosmos e também nas múltiplas funções que compõe o ser humano, como viver, sentir dor e prazer e pensar; é a virtude da ordem e da harmonia cósmica e humana (Pegoraro, 2010 *cit in* Faria, 2012, p.140)

Ora, tal como escreve Cunha (2013) a desocultação dos processos de corrupção deve-se, em grande parte, ao desenvolvimento do mercado mediático. O autor acrescenta que esta visibilidade da corrupção política foi particularmente notória entre 2005 e 2011, nos governos conduzidos pelo então primeiro-ministro José Sócrates. Cunha (2013) escreve que, "(...) os media tornaram-se um permanente palco de discursos de desocultação da corrupção, onde se define e redefine, por meio de discursos morais e argumentos legais, a "verdade" conveniente" (Cunha, 2013, p.33). A fabricação de "reis e heróis" (Weber, 1999) em oposição aos vilões (Faria, 2012), a desocultação da corrupção e a consequente ligação desta prática a cargos de poder faz com que generalize o descrédito nas instituições, tanto política como judiciais, o que leva ao questionamento da democracia. Podemos concluir, assim, que a forma como os media cobrem os acontecimentos relacionados com políticos e corrupção segue uma estrutura narrativa, através da qual sobressaem elementos próprios a esta: os atores principais, o enredo e o desfecho da história. Nela são evidenciáveis as relações de poder entre os vários atores que vão entrando e saindo da cena mediática, os espaços por onde passam pessoas com altos cargos políticos elevados. Evidenciam-se também as formas como os diferentes autores se posicionam face ao problema intrínseco por trás do processo e do seu desenrolar: o problema da relação entre a justiça, a política e os media. Com efeito, os temas em debate, assim como a metodologia de argumentação e os sentidos inscritos em cada conteúdo veiculado vão dando conta do estado de crise do próprio debate acerca desses três sistemas que funcionam com regras próprias e que se retro alimentam, de forma contínua.

Iremos analisar separadamente estas duas dimensões: i) a estrutura da narrativa do caso Sócrates e os seus elementos principais; e ii) o contributo deste caso para a discussão sobre as relações entre política, justiça e media, nomeadamente tendo em conta que se trata de uma narrativa que é substancialmente composta na base da participação do próprio José Sócrates várias vezes citado na primeira pessoa.

O CASO JOSÉ SÓCRATES E A NARRATIVA MEDIÁTICA

José Sócrates foi primeiro-ministro português durante seis anos, de 2005 a 2011. No primeiro dos seus mandatos o seu partido foi eleito por maioria absoluta. Depois de perder as legislativas e ter-se demitido de secretário-geral do Partido Socialista, em 2011, Sócrates viveu em Paris e frequentou o mestrado em Ciência Política. Antes de assumir o seu cargo como primeiro-ministro, Sócrates teve outras funções políticas. Foi secretário de Estado-adjunto no Ministério do Ambiente e ministro do Ambiente e do Ordenamento do território, entre 1999 e 2002. Apesar do apoio popular, a carreira política de José Sócrates esteve, muitas vezes, envolvida em suspeitas de ligações a casos de tráfico de influências e corrupção. Destaque-se em 2003, o caso "Cova da Beira", no qual surgiram suspeitas sobre a construção de um aterro sanitário. Em 2004, foi associado ao caso "Freeport". Em 2007 surgiu o caso "Sócrates-independente". Entre outros aspetos, foram divulgadas informações sobre a falta de documentação e o indício de que as classificações de quatro cadeiras/disciplinas foram lançadas num domingo de Agosto. Em 2009, surgiu o caso "Face Oculta", um processo que investigou suspeitas de corrupção e tráfico de influência, através de escutas telefónicas e intersecção de

mensagens entre o anterior ministro, Armando Vara (que acabou por ser preso) e José Sócrates. José Sócrates não foi constituído arguido em nenhum destes casos.

No dia 21 de Novembro de 2014, José Sócrates foi detido à chegada ao aeroporto da Portela, em Lisboa para interrogatório. 3 dias após a sua detenção, o juiz de instrução aplicou a medida de coação de prisão preventiva.

As personagens da narrativa: entre heróis e vilões

As narrativas mediáticas são simples e primam pela coloquialidade, assim como pelo recurso a uma argumentação constituída em redor das personagens principais, das secundárias e dos figurantes às quais são atribuídos papéis diferenciados mas interligados no enredo específico que se cria. No caso do tratamento de casos de corrupção, como é este a que nos referimos, o enredo desloca-se, simultaneamente, em vários ecrãs, mas ganha mais expressividade nas televisões cujo foco se centra na procura das explicações coincidentes com a "culpa" dos protagonistas. Por essa ordem de ideias, e levando em consideração que falamos de um meio altamente vigiado do ponto de vista da capacidade que há em observar-se em tempo real tudo o que está a ser dito no espaço público, não há uma narrativa mediática televisiva sobre o caso Sócrates, mas várias narrativas que são co-presentes e que produzem efeitos interdependentes e em simultâneo. Por outras palavras, não há um enredo do caso, mas vários enredos do caso dos quais se co-alimentam em simultâneo, nas suas contradições e nas suas coincidências. Nas televisões é, por isso, mais notória a forma como as personagens – os diversos atores convocados – entram e saem de cena, criando novos discursos que emergem em cima de outros e que não são (nem precisariam de ser para o contexto) coerentes entre si. O discurso mediático televisivo no caso analisado é particularmente profícuo no que se refere às nomeações que passam a ser dadas ao até então ex-governante. Este aparece, sucessivamente, classificado como **suspeito**, **"detido"**, **"arguido"**, **"preso"** e como **"recluso 44"**. De igual modo, não só o ator principal da cena surge sucessivamente re-desqualificado, como também os atores com quem se relaciona passam a ser designados num crescendo de desqualificação também indicativa da inevitabilidade de cumplicidade criminal: Carlos Santos Silva é retratado na televisão nacional como **"o amigo"**, **"o empresário"**, **"um dos arguidos"** e **"testa de ferro"**. Gonçalo Trindade Ferreira é retratado como **"o advogado"** e **"o único dos 4 arguidos"**, e João Perna é mencionado como **"o motorista"** e **"também suspeito"**. Portanto, o advogado-arguido e o motorista-suspeito. Com efeito, além do evento – a prisão – os media e, sobretudo, os media televisivos, vão alimentar-se em espaços – tempo muito curtos – de elementos que surgem interligados num argumento que segue um alinhamento muito próprio, simples mas que caminha no sentido de providenciar uma causalidade muito linear ao fenómeno. Em resumo, para este caso, os argumentos apresentados e os discursos veiculados no espaço dos media que se torna rapidamente um espaço standardizado do ponto de vista de quem são os atores convocados para dele participarem e também do ponto de vista dos "eventos" escrutinados. Por isso, a história que aparece veiculada pode ser resumida da seguinte forma: *ex-primeiro-ministro – tinha um amigo empresário Carlos Santos Silva que era também amigo-testa de ferro. Este amigo tinha um advogado arguido que tratava das matérias-legais das trocas monetárias. As trocas eram realizadas através do motorista suspeito do recluso 44.*

Para além dos atores-arguidos, também outros representantes judiciais integram os argumentos e as narrativas em torno do desenrolar do caso: Rosário Teixeira, procurador deste processo e quem liderou toda a "Operação Marquês"; Carlos Alexandre, juiz de instrução criminal que aplicou a medida de coação de prisão preventiva a José Sócrates, e, por fim, o advogado de José Sócrates, João Araújo. Rosário Teixeira, que ocupa a posição hierárquica mais elevada, é poucas vezes mencionado e, quando isso acontece, é designado, com distanciamento, como "**o procurador**". Carlos Alexandre (o juiz) e João Araújo (advogado) são os atores mais vezes mencionados, a seguir a José Sócrates – ator principal. Carlos Alexandre, que não se pronunciou publicamente sobre o caso, nem aparece na televisão, surge categorizado como um "**super-juiz**" (um super herói) frente aos "vilões" – antigos heróis entregues às suas tragédias. O juiz é, ainda, retratado como um "homem de **poucas palavras e reservado**" e "**viciado no trabalho**" que é "**católico e sportinguista, recatado, pouco dado às câmaras** e às luzes da ribalta. A sua apresentação surge em antítese às representações e imagens veiculadas sobre José Sócrates. Ainda contraditoriamente, é apelidado como o "**mediático juiz**" e também como o "**mourinho da justiça**" – surgindo valorizado pelo feito mediatizado como extraordinário.

Num excerto duma notícia da RTP1, transmitida no dia 23 de Novembro de 2014 observa-se esta exultação da natureza super heróica de um juiz que, embora o sendo e partindo dele se esperar a aplicação da justiça, mais não tem do que nas "suas mãos" (quer dizer, como juiz, independente) um processo inédito:

Carlos Alexandre, 53 anos, tem agora nas **suas mãos** um processo que envolve o ex-primeiro-ministro José Sócrates, uma situação inédita na democracia portuguesa, é a 1º vez que uma **tão alta figura do estado** é detida para interrogatório (Telejornal, 23/11/2014, 20h18)

O excerto é ainda expressivo da espetacularidade e da singularidade com que os media rotulam caso, "uma situação inédita na democracia portuguesa". Esta ideia é repetida em vários conteúdos veiculados pelos canais de televisão analisados em que ao país se dá o estatuto de sujeito que "assiste" à decadência do herói:

- "É uma **detenção histórica** na democracia portuguesa e uma das mais mediáticas" (Jornal da Noite, 22/11/2014, 20h00)
- "Enquanto **o país assiste à situação inédita** de um ex-primeiro-ministro na prisão ..." (Jornal da 8, 26/11/2014, 20h07).

Com o principal ator preso e muita dificuldade em veicular imagens novas, a distância de dois meses face à prisão e a própria lentidão dos processos em tribunal, fazem surgir novas personagens na história, algumas das quais capazes de substituir o protagonismo ao ator principal da cena. O advogado de José Sócrates é caracterizado pelos jornalistas como "**o advogado** de Sócrates", "um estilo **invulgar**", "um estilo **pouco institucional**" e "**advogado à moda antiga**". João Araújo, advogado de José Sócrates, torna-se numa "celebridade" em pouco tempo e também notícia: noticia-se quem é. Noticia-se (quase) todas as suas declarações, as suas pausas para fumar e beber um café. A pouco e pouco, João Araújo, um anónimo, passa para um lugar central no palco da narrativa.

Com base nesta informação, podemos dividir os atores presentes nesta narrativa mediática em dois grupos: os mais **intervenientes** e os **menos intervenientes na esfera mediática**. Entendemos por atores intervenientes na esfera pública aqueles que tem “voz”, que são co-produtores das “notícias” divulgadas na televisão, dos próprios factos relatados e dos seus contornos. Observa-se que os atores com mais presença direta e indireta nos meios de comunicação são José Sócrates (o preso) e João Araújo (o advogado do preso). Com efeito, a vida privada de Sócrates é sucessiva e vivamente escrutinada e apresentada ora sob a forma de comédia (o avô é apresentado como milionário do Volfrâmio), ora sobre a forma de tragédia (os seus irmãos que morreram de cancro, os seus filhos que sofrem com a sua prisão, a sua mãe que fica só, a sua ex-mulher que o apoia, as suas ex-namoradas). Também a sua estadia na política é alvo de “verificação”, nomeadamente os casos anteriores em que apareceu associado (Face Oculta, Freeport, Monte Branco, Cova da Beira, Licenciatura). O espaço mediático televisivo enche-se de afirmações do “preso” apresentadas pelo seu advogado, João Araújo. Sobre João Araújo – tal como dissemos acaba por ter um papel decisivo na montagem da narrativa mediática e nos seus contornos, assim como na sua sustentabilidade, enquanto evento contínuo e dinâmico, permanentemente objeto de “notícia”. É este ator que, nas suas pausas para café e cigarro, vai dando a conhecer aos jornalistas quando o interrogatório começa, quando o interrogatório acaba e quando recomeça. A juntar a todas estas informações, antes do anúncio oficial das medidas de coação aplicadas a José Sócrates, por parte do Tribunal Central de Instrução Criminal, é João Araújo quem sai do tribunal e divulga essa informação aos jornalistas.

No esquema a seguir explicitamos, para este caso, o grau de centralidade dos autores, conforme o acesso e a permanência no exercício de voz. Desta forma, pomos no centro o local de divulgação de opiniões e à volta, com maior ou menor presença, cada ator (explicito pelo tamanho das esferas). Consideramos que perceber qual é ou são os atores mais vezes presentes nos discursos veiculados pelos media permite observar o grau de standardização da informação que os caracteriza, bem como a tipologia de representações que ficam mais sedimentadas por parte do público, em geral.

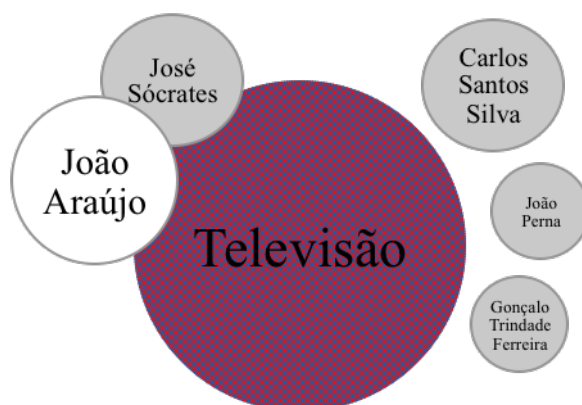


Figura 1. Esquema representativo da presença de cada ator junto da esfera mediática, neste caso a presença nos discursos televisionados

ENREDO - ENDURENCE E CLÍMAX: DA SUSPEITA À PRISÃO

O “evento” da prisão de Sócrates não surge, assim, isolado, face à trajetória da narrativa mediática que o envolve, desde de fases em que estava no exercício de cargos de governo. No entanto, a sua prisão representa, de certa forma, um momento de clímax nessa mesma narrativa, não só dada a natureza e a importância intrínseca do ato; mas também dada a cena que se monta em seu redor. Por um lado, este momento representa a exposição máxima de um processo de desqualificação social não de uma pessoa, mas, sempre, de um “ex-governante” (considere-se que a classificação ex-governante ou ex-primeiro ministro), cuja presença mediática tem valor acrescido não por ser, mas por ter sido governante. Por outro, representa a investidura e a demonstração do próprio poder judicial que se encena no espaço mediático através de sucessivos recursos: os carros de polícia. Um poder que se materializa e também legitima, face ao público – cidadãos – que o circo que se abre, esperam justiça: a cena da prisão e as intervenções imediatas de membros do governo atual (de partido contrário), assim como de outros atores nacionais e estrangeiros com notável presença mediática têm relevância em todo o desenrolar da narrativa, nomeadamente no espaço criado à contra-argumentação ao próprio arguido nesse mesmo espaço mediático. Qualquer meio de comunicação pode ser convocado como ator interveniente no processo de construção imediata de um julgamento no(do) público sobre José Sócrates (apesar da simultaneidade dos momentos não permitir fornecer razões e/ ou informações sobre as causas). Todavia, a televisão sobressai dadas as suas potencialidades no que se refere ao modo como pode veicular a “efervescência” em ato, imbricada nos sentimentos, emoções e contradições que se despertam.

Começamos pela detenção de José Sócrates, no Aeroporto da Portela, à chegada de Paris, cerca de 22 e 30 de ontem. O antigo primeiro-ministro passou a noite no Comando Metropolitano da PSP e neste momento está a ser ouvido pelo Juiz Carlos Alexandre, no Campus da Justiça. **Nunca antes em Portugal um antigo primeiro-ministro tinha sido detido.** Sócrates é indiciado pelos crimes de corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais. (Judite de Sousa, Jornal da 8, 22/11/2014, 20h00)

É uma **detenção histórica na democracia portuguesa** e uma das mais mediáticas nos anos, José Sócrates está neste momento a ser ouvido no Tribunal Central de Instrução Criminal, pelo juiz Carlos Alexandre. O antigo primeiro-ministro chegou ao Campus da Justiça antes das 5 da tarde, depois de ter passado grande parte deste sábado acompanhar as buscas que decorreram na casa da rua Castilho, em Lisboa, se o dia de Sócrates está a ser longo a última noite não foi mais curta. **O homem que foi primeiro-ministro durante seis anos,** foi detido ontem à noite no aeroporto da portela, no momento que abandonou o avião que o trouxe de Paris e pisou solo português. Indiciado por fraude fiscal, branqueamento de capitais e corrupção, Sócrates foi detido pela Inspeção Tributária. As imagens captadas pela SIC mostram o momento em que o ex- primeiro-ministro abandona o aeroporto de Lisboa dentro de um carro. (Maria João Ruela, Jornal da Noite, 22/11/2014, 20h00)

Já começou a falar. JS foi detido por corrupção, branqueamento de capitais e fuga ao fisco. A RTP captou as primeiras imagens do ex-primeiro-ministro dentro do Campus de Justiça, em Lisboa. Durante o dia as autoridades foram **a casa do suspeito** fazer buscas. (José Rodrigues dos Santos, Telejornal, 22/11/2014, 20h00)

Assim, a narrativa de *endurance* – que se desenrola desde o seu mandato – passa a ser pontuada e revela o seu clímax no momento – evento da prisão, cena a partir da qual são convocados novos atores, parte dos quais assumindo, desde logo, um discurso desqualificativo do “preso” (cada vez menos só ex-governante) realizado seguindo um tom positivo através do qual o “líder” e “carismático” surgem usados como argumento de surpresa, pois trata-se de “ (...) um primeiro-ministro dos 3 que mais apoio popular tiveram em 40 anos de democracia. (...) O que é facto é que houve 2 milhões e 600 mil portugueses que **votaram nele** (...) é na expressão de Cavaco Silva, na tal entrevista que eu citei, é um **“líder fortemente carismático”** dessa ótica.” (Marcelo Rebelo Sousa, comentário no Jornal das 8, na TVI, no dia 23 de Novembro de 2014).

No dia 27 de Novembro, dois dias após a detenção, escreve uma carta. No dia 1 de Dezembro escreve outra carta para a RTP e no dia 2 de dezembro responde a perguntas da TVI, escrevendo: “Dou esta entrevista em legítima defesa”². No dia 4 de Dezembro escreve outra carta ao jornal impresso Diário de Notícias na qual se lê: “O sistema vive da cobardia dos políticos, da cumplicidade de alguns jornalistas, do cinismo dos professores de Direito e do desprezo que as pessoas decentes têm por tudo isto” e acrescenta “Mais do que tudo - prende-se para calar”³.

A prisão de José Sócrates marca, assim, um momento de crise e de rotura na própria narrativa legitimando, não só a entrada de novos atores, mas a dualização profunda da esgrima de argumentos, pontos de vista e patilhas feitas em espaço público. Marca, ainda a presença do arguido na história.

A partir deste momento, desde os media impressos, incluindo revistas cor-de-rosa que irão entrevistar a família e “demonstrar” a penosidade com que esta carrega a prisão de José Sócrates (imagens da mãe se Sócrates proliferam, assim como histórias sobre a sua vida privada e a família, em geral), até aos media televisivos, passando pelas redes sociais, todos irão tender a enfatizar um dos lados das histórias com profundo tom moralizador: porque José Sócrates “deve” ser preso e porque “não deve” ele estar nessa posição. A narrativa mediática vive, assim, de discursos que se propagam em cadeias diversas de significado e sentido, carregando consigo diversas e contraditórias representações sobre o fenómeno.

A sociologia do poder (Hall, 1972; Balandier, [1982] 1999) é incisiva sobre a forma como o espaço e o tempo das ações que envolvem fenómenos explícitos de poder – como é este o caso em que a prisão de um ex-governante se apegam a conotações partidárias e, portanto, serve de matéria de esgrima entre partidos políticos com amplitude superior aquela que, aparentemente, se prende com a vida dos sujeitos individualmente considerados – são constitutivos das intenções e sentidos dessa mesma cena. Na mesma linha, afirma Bell (1998) que o tempo e o espaço em que decorre a narrativa são elementos estruturais “(...) locations and times of occurrence in order to tease out the struture of the story” (Bell, 1998: 75). O “evento” e a “notícia” da detenção do ex-primeiro-ministro

2. Citação retiradas da TVI *online* (http://www.tvi24.iol.pt/politica/operacao-marques/exclusivo-tvi-as-respostas-de-socrates-a-seis-questoes?utm_campaign=editorial-tvi24&utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_content=-post)

3. Citações retiradas do Diário de Notícias *online* (http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4276647)

português, nas circunstâncias em que foi apresentada e televisonada, surgem num contexto político muito específico: a rutura do grupo banqueiro Espírito Santo e julgamento do seu principal líder, Ricardo Salgado. Juntamente. Surgem no contexto da prisão de detentores de cargos de poder relacionados com o caso "Vistos Gold", envolvendo corrupção nos serviços de estrangeiros e fronteiras. Há, assim, um pano de fundo que compõe a cena em que se desenvolve a narrativa "Sócrates" e que se prende com o estado de descrédito nos políticos, retratado, de forma persistente, nos meios de comunicação social e que servem de elos de ligação e de reconhecimento desses fenómenos. Tal como explica Jewkes (2004) todos os crimes tem potencial para se tornar histórias, contendo novidade e elementos novelísticos, mesmo quando são compostas histórias diferentes. Jewkes (2004, p.41) explica: "(...) even if it has been composed with other, similar stories to reinforce a particular agenda or to create the impression of a 'crime wave'". Esta onda de crimes económicos e financeiros, onde se insere o caso de José Sócrates.

Após a medida de coação, conhecida dia 25 de Novembro, três dias após a detenção de Sócrates, novos capítulos surgem nesta narrativa: as visitas a Sócrates, as declarações que o próprio José Sócrates envia para os jornais através do seu advogado, a descrição da prisão, as opiniões dos eborenses (cidadãos de Évora) acerca do seu novo vizinho e as romarias até ao Estabelecimento Prisional de Évora, bem como a suposição sobre o dia-a-dia de José Sócrates.

DE VILÃO E DE VÍTIMA

José Sócrates é o arguido, o preso, que mais fala para os meios de comunicação (talvez da história portuguesa, competindo com Carlos Cruz, quando detido no processo Casa Pia). Mais do que analisar o discurso de Sócrates e a forma como esse discurso chegou a público, interessa perceber as narrativas jornalísticas que o articulam e veiculam para o público. A RTP ironiza ao afirmar que Sócrates já está "(...) "cinco dias fora do mundo", recorrendo às palavras do título do livro "A Confiança no Mundo", de autoria deste. A TVI escreve "Na carta que chega de dentro dos muros da prisão de Évora..." reforçando, por um lado, a ideia de separação do vilão face aos cidadãos, mas também a ideia da separação do mal face ao bem. Com efeito, tal como no mito, a narrativa faz-se da luta entre o herói e o vilão, ou o anti-herói (Faria, 2012) e, por isso, a história termina com o vilão derrotado, isolado e preso, "dentro dos muros da prisão". Neste caso, o vilão investe-se na narrativa mediática de poderes contra o "espetáculo" e o "abuso", adquirindo progressivamente o papel de "vítima". A TVI noticia que "Dos últimos episódios Sócrates retira uma lição de vida: a de que o verdadeiro poder é o de prender e de libertar para, depois, lançar uma farpa a quem tem este poder em mãos. "(...) não raro a prepotência atraiçoa o prepotente.". Assim, Sócrates passa, rapidamente, por dois papéis na mesma narrativa mediática: o de vilão e o de vítima (defensiva, mas também alerta, ao ataque).

NOTAS CONCLUSIVAS

De forma muito breve e exploratória, podemos dizer que, numa narrativa, existem, pelo menos, três partes principais: o início, o desenvolvimento e o fim. Neste texto, propusemo-nos a analisar, de forma sintética, a tipologia de discursos que circula após

a detenção do ex-primeiro ministro de Portugal, José Sócrates. A análise foi conduzida, tendo em conta os conteúdos televisivos (programas informativos) e as construções discursivas realizadas através dos mesmos. Assumindo que os media tem um papel importante na forma como o público constrói as representações sobre a corrupção e classifica os envolvidos, podemos assumir que a desocultação de que falava Cunha (2013) não conduziu, todavia, no caso Sócrates, a uma melhor perceção dos cidadãos sobre a corrupção, mas a uma maior exposição dos membros judiciais e políticos, potenciando, assim, um reforço do descrédito das instâncias política e judicial, mesmo em contexto da democracia.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, B. B. de. (2011). A narrativa jornalística e a construção do real. *Biblioteca On-Line de Ciências Da Comunicação (BOCC)*. Retrieved from <http://bocc.unisinos.br/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf>
- BALANDIER, G. (1999). *O poder em cena*. Coimbra: Minerva.
- BELL, A. (1998). The Discourse Structure of News Stories. In *Approaches to media discourse* (pp. 64–104). Oxford: Blackwell Publishers.
- CASTELLS, M. (2002). Conclusão: A Sociedade em Rede. In *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (pp. 605–65). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, M. (2007). Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, 1, 238–266.
- CUNHA, I. F. (2013). Cobertura jornalística da crise política e financeira e o “issue” corrupção política. *Brazilian Journalism Research*, 9(1), 18–37.
- FARIA, M. (2012). *IMAGEM E IMAGINÁRIO DOS VILÕES CONTEMPORÂNEOS O vilão como representação do mal nos quadrinhos, cinema e games*. Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- FERNANDES, K. B. (2010). “E por falar em política” - Marcas de narrativas midiáticas sobre política em conversas na Praça do Ferreira. Universidade Federal do Ceará. Retrieved from http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/1293/1/2010_DIS_KBFERNANDES.pdf
- HALL, P. M. (1972). A Symbolic Interactionist Analysis of Politics. In *Perspectives in Political Sociology* (pp. 35–75). United States.
- MOREIRA, A., & Araújo, E. (2011). The order and Inversion: Understanding Corruption in Media - Introduction to theoretical framework. In *10th Conference of The European Sociological Association* (pp. 1–11). Genebra, Suíça.
- PRIOR, H. (2013). A Comunicação Social e o Discurso Judiciário. *Derecom*, (14), 118–130.
- SOARES, R. de L. (2010). Pequeno inventário de narrativas midiáticas: verdade e ficção em discursos audiovisuais. In *VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (UFMA)*, (pp. 55–72). São Paulo.
- WEBER, M. H. (1999). O espetáculo político-midiático e a participação de poderes, 1–13.